



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

L I D O  
03 / 3 / 15  
Assessoria do Plenário

MENSAGEM

Nº 036 /2015-GAG

Brasília, 26 de fevereiro de 2015

Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Legislativa,

Dirijo-me a Vossa Excelência e aos demais Deputados Distritais para comunicar que, nos termos do art. 74, § 1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal, **vetei totalmente o Projeto de Lei nº 1.515, de 2013**, que *contém determinação de "obrigatoriedade de cirurgia plástica reparadora de mama, nos casos de tratamento de câncer"*.

MOTIVOS DE VETO

A despeito dos louváveis propósitos do ilustre parlamentar autor da proposição, certo é que o projeto sob exame, quando aos seus aspectos jurídicos, não merece ser acolhido, porquanto contrário aos parâmetros, de saúde e normas de direito civil e comercial é da União (CF, arts 22, I, e 24, XII), a qual já regulamentou a matéria com leis que possuem o mesmo objeto e tratamento jurídico.

Dessa forma, não há como cancelar a iniciativa parlamentar, ante a flagrante inconstitucionalidade formal da proposta, ensejando, assim, oposição de Veto Total ao aludido Projeto.

Por essas razões, **comunico que apus o Projeto de Lei n. 1.515/2013**, e solicito os membros da Casa Legislativa a sua manutenção.

Atenciosamente,

RODRIGO ROLLEMBERG

Governador

A Sua Excelência a Senhora  
**DEPUTADA CELINA LEÃO**  
Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal  
NESTA

11928  
ASSO 26/02/2015 16:53



## CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

PRESIDÊNCIA  
Assessoria de Plenário e Distribuição



(Autoria do Projeto: Deputado Chico Vigilante)

**Altera dispositivos da Lei nº 4.761, de 14 de fevereiro de 2012, que dispõe sobre a obrigatoriedade da cirurgia plástica reparadora da mama nos casos de mutilação decorrentes de tratamento de câncer.**

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

**Art. 1º** O art. 1º da Lei nº 4.761, de 14 de fevereiro de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º As mulheres que sofrerem mutilação parcial ou total da mama decorrente de utilização de técnica de tratamento de câncer têm direito a cirurgia plástica reconstrutiva, que será realizada no mesmo tempo cirúrgico, sempre que houver condições técnicas e respeitada a autonomia da paciente para, plenamente esclarecida, decidir livremente pela execução da reconstrução imediata.

*Parágrafo único.* No caso de impossibilidade de reconstrução no mesmo tempo cirúrgico, a paciente encaminhada para acompanhamento terá garantida a realização da cirurgia imediatamente após alcançar as condições clínicas requeridas.

**Art. 2º** Acrescente-se o seguinte art. 7º à Lei nº 4.761, de 2012, renumerando-se os demais:

Art. 7º O disposto nesta Lei se aplica à rede hospitalar pública e conveniada, nos termos do art. 10-A da Lei federal nº 9.656, de 3 de junho de 1998, incluído pela Lei federal nº 10.223, de 15 de maio de 2001.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 30 de janeiro de 2015

  
**DEPUTADA CELINA LEÃO**  
Presidente